

A luta antiproibicionista é parte do nosso programa socialista do PSOL!

Resolução do Setorial Nacional Antiproibicionista ao 7º Congresso do PSOL

Considerando:

A existência consolidada do Setorial Antiproibicionista do PSOL, que se articula desde 2012 e cuja militância atua em diferentes frentes junto aos movimentos sociais, pesquisadores, associações de pacientes e familiares, usuários de drogas e coletivos do campo antiproibicionista;

Que o Brasil é um local onde se evidencia que as políticas de drogas orientadas pelo racismo e pelo proibicionismo se constituem como mecanismos de controle de corpos e territórios ocupados pela população negra brasileira, que se aprofundam com as políticas antipovo aplicadas por Bolsonaro e seu governo;

Que a chamada “guerra às drogas” - operada através da política de segurança pública e que neste ano completa 50 anos, é, na verdade, uma guerra aos pobres, pois impulsiona um extermínio da população negra, a expansão desenfreada do encarceramento (especialmente da juventude negra e de mulheres por tráfico), nega o acesso à saúde para usuários e usuárias e implementa uma lógica violenta e moralista de relação do conjunto da sociedade com algumas drogas;

Que tal lógica também limita o acesso à maconha medicinal tão importante para milhares de famílias em todo o Brasil, diante do avanço de pesquisas científicas que recomendam a cannabis para várias finalidades terapêuticas, bem como de outras terapias alternativas com uso de substâncias psicoativas;

O 7º Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade apoia:

- a) O fortalecimento da militância antiproibicionista organizada no PSOL, através de uma atuação de perspectiva interseccional feminista, antilgbtqia+fóbica, antirracista, antipunitivista e antimanicomial;
- b) A afirmação de um programa que incorpore a agenda antiproibicionista nas eleições 2022, com o incentivo a candidaturas comprometidas com essa pauta;
- c) A construção do II Encontro Nacional Antiproibicionista do PSOL, com rubrica específica para este fim, a ser deliberada pelo Diretório Nacional;
- d) A luta em defesa da Maconha Medicinal: acompanhar o debate sobre o PL 399 na Câmara dos Deputados, entendendo a limitação de seu escopo, pois ainda proíbe o cultivo pessoal e não atende às necessidades das associações de pacientes, razão pela qual devemos defender a desburocratização para que o cultivo e o acesso aos medicamentos derivados de cannabis seja popularizado, com a descriminalização

do plantio pessoal e fortalecimento das associações de pacientes e das políticas públicas via fornecimento de derivados de cannabis pelo Sistema Único de Saúde.

- e) Defesa da descriminalização e legalização de todas as drogas hoje ilícitas, através de atividades concretas como pressão para o julgamento do RE 635.659 e ações estratégicas junto ao Conselho Nacional de Justiça, ao Supremo Tribunal Federal e demais órgãos institucionais de Estado. Essas iniciativas devem ser construídas de maneira consensual por este setorial e deverão ser acompanhadas de uma análise técnico-jurídica e de conjuntura política.
- f) A elaboração de um novo projeto pela descriminalização e regulamentação da maconha no Brasil, amplamente debatido e construído junto a este setorial e movimentos sociais, a partir do PL 7270/2014, apresentado por Jean Wyllys, que incluía a reparação às populações afetadas pela proibição a partir dos impostos gerados com a autorização da venda, como vemos em iniciativas do Estado de Illinois, EUA;
- g) A construção de iniciativas legislativas a nível federal, estadual e municipal por uma redução de danos popular e de fortalecimento e financiamento de pesquisas sobre cannabis;
- h) A luta contra a criminalização de usuárias e usuários de substâncias psicoativas e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial pública e gratuita, combatendo os manicômios modernos. Droga é questão de saúde, não de polícia! Comunidade terapêutica, não!
- i) A luta contra o machismo, a estigmatização e a violação de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e o direito à maternidade de usuárias de psicoativos, em especial mulheres negras que são as maiores vítimas;
- j) O fim das operações em favelas, contra o genocídio da população negra. Defesa do desencarceramento e apoio a organizações de familiares e de egressos do sistema penitenciário e sobreviventes da violência de Estado;
- k) O fortalecimento das Marchas da Maconha e do Dia Nacional da Maconha Medicinal, de forma articulada com os movimentos sociais.
- l) Organizar um Curso virtual de Formação Antiproibicionista para a militância do PSOL em 2022;